

**Ata da sessão Ordinária realizada  
dia 29 de setembro de 2014**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro, do ano dois mil e catorze, pelas **21 horas**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Severo Venâncio Estevens de Almeida**, secretariada por **Duarte Freitas de Sousa**, como 1.º secretário e **Carlos Almeida Caetanita**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----**

**Eleitos pelo PS:** José Eduardo Pereira Brites, Vítor Manuel Vilhena Saleiro, Maria de Fátima Paleta do Carmo, Cláudio André Brás Silvestre, Presidente de Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre e Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro;-----

**Eleitos pelo IPA:** Francisco Lourenço Teixeira, Celeste Colaço do Rosário Sebastião, Vítor Manuel Libânio Afonso, Nuno Manuel Varela Domingos, José Romba Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Sara Isabel Martins Agostinho e Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Joaquim António Guerreiro; -----

**Eleitos pelo PSD:**, Lucília Conceição Sousa Aleixo de Barôa, Ricardo Emanuel Geraldo Jacob, Bruno Miguel Fernandes Martins, Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Hélder Manuel Palma Guerreiro e Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, Sérgio Manuel Afonso Palma; -----

Faltaram à sessão as deputadas Dina Guerreiro Cavaco (IPA) e Paula Cristina V. Camacho Botelho (PSD), que pediram a respetiva substituição, tendo sido substituídas, nos termos legais, respetivamente, pelos suplentes Nuno Domingos (IPA) e Bruno Martins (PSD). -----

**A Mesa justificou a falta. -----**

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara, António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), os Vereadores, Luís Artur dos Santos Gaiolas (PS), Ricardo António Monteiro Colaço (PSD), e António José Messias do Rosário Sebastião (IPA) -----

**A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**A.1.** *Suspensão de mandatos e preenchimento de vagas;* -----

**A.2.** *Votação da ata n.º 5 de 27 de junho de 2014 - (2013/2017);* ---

**A.3.** *Leitura de expediente;* -----

**A.4.** *Intervenções.* -----

**B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1.** *Apreciação e deliberação da proposta n.º 84/PRESIDENTE/2014, relativa à fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;* -----

**B.2.** *Apreciação e deliberação da proposta n.º 85/PRESIDENTE/2014, relativa ao lançamento da Derrama;* -----

**B.3.** *Apreciação e deliberação da proposta n.º 86/PRESIDENTE/2014, relativa à Taxa Municipal de Direito de Passagem;*-----

**B.4.** *Apreciação e deliberação da Proposta n.º 87/PRESIDENTE/2013, relativa ao direito a uma participação variável de 5% no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;*

**B.5.-** *Apreciação e deliberação do processo n.º 26/2014, requerido por Fernando Silva Guerreiro Eugénio;* -----

**B.6.** *Apreciação da deliberação da Câmara sobre o Ponto Único da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária da Assembleia Distrital, convocada para o dia 9 de setembro;* -----

**B.7.** *Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de Fevereiro;* ----

**B.8.** *Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira; (alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);* -----

**B.9.** *- Aprovação da ata em minuta.* -----

**C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA** -----

**C.1.-** *Intervenção dos Municípes (n.º 1, do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro).* -----

**A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

**A.1. - SUSPENSÃO DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPECTIVA VAGA:** -----

O **Presidente da Assembleia** comunicou que pediram a **suspensão do mandato** e respetivas substituições as deputadas da Assembleia, Dina Guerreiro Cavaco (IPA) [1dia] e Paula Cristina Venâncio Camacho Botelho (PSD) [1dia]. -----

**A Assembleia tomou conhecimento e nada objetou.** -----

**A.2. - VOTAÇÃO DA ATA N.º 5 DE 27 DE JUNHO DE 2014 - (2013/2017);** -----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 05 da sessão ordinária de 27 de junho de 2014. -----

Antes de dar a palavra à Assembleia solicitou que se considerasse, desde logo, a seguinte correção à ata: - Na página 169, **onde se lê** "A Câmara não tem possibilidade, neste momento, de escoar o dinheiro que tem para investimento em obras que podem ser candidatas, e, depois, ficar sem dinheiro para outros projetos futuros." **deve ler-se** "A Câmara não tem possibilidade, neste momento, de escoar o dinheiro que tem para investimento em obras que não podem ser candidatas, e, depois, ficar sem dinheiro para outros projetos futuros." -----

Pediu a palavra a deputada **Fátima Paleta** que, igualmente, solicitou, a seguinte correção à ata: na página 162, no 3º paragrafo a contar de baixo, **onde se lê** "Está a fazer uma introdução, porque foram apresentadas a esta Assembleia as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, e porque estamos no final do segundo semestre de 2014, gostávamos de colocar algumas questões relativamente às atividades que foram executadas ou não." **deve ler-se** "Está a fazer uma introdução, porque foram apresentadas a esta Assembleia as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, e porque estamos no final do primeiro semestre de 2014, gostávamos de colocar algumas questões relativamente às atividades que foram executadas ou não." ----

Dada a palavra ao deputado **Francisco Teixeira** e antes de falar sobre a ata sugeriu que se usasse o microfone portátil, pois em sua opinião não se justifica ir ali à tribuna para fazer pequenas intervenções de pormenor. -----

Prosseguindo, o deputado Francisco Teixeira disse que também tinha correções a fazer à ata, referindo que nas páginas 146, 147 e 148 onde consta o teor da intervenção que fez na última sessão, tinha pena de o dizer, mas estava ilegível, embora as palavras que proferiu estivessem praticamente todas transcritas, o texto estava transcrito sem vírgulas, sem pontos finais, sem parágrafos como se estivéssemos a ler um livro de José Saramago. É sua opinião que houve falta de cuidado e sugeriu que se introduzisse toda essa pontuação, na ata n.º 5, sem que passe para a ata n.º 6 (da presente sessão). Mencionou, ainda, que tem presente o texto com as alterações feitas, de acordo com o que disse e devidamente pontuado. Caso a assembleia não aceite esta sua sugestão pedirá que a transcrição da sua intervenção, seja feita, como deve ser, na ata desta sessão.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que a mesa não vê qualquer contrariedade em que estas alterações sejam contempladas na ata n.º 5, aliás, é preocupação da mesa que a ata seja o mais fiel possível de tudo o que se passa na assembleia, por isso, recomenda que, de futuro, quando haja estas intervenções de fundo, elas venham escritas para não suscitar quaisquer dúvidas. Por vezes, as intervenções são feitas com toda a propriedade para clarificar os assuntos e pode deixar-se pairar a ideia de que a mesa pretende subverter o espírito das intervenções e, na verdade, não é isso que se pretende. A mesa pretende, desde o início, que tudo o que se passa nesta sala seja fielmente transmitido para o exterior e fique registado na ata. -----

A mesa não se importa, se a assembleia disso não vir impedimento, que a correção seja feita na ata n.º 5 e que dê a dimensão que entender ao seu texto dentro do espírito que aqui está plasmado. -----

**Em conformidade com o atrás exposto, e com a unanimidade da Assembleia Municipal, todas as correções propostas, serão introduzidas na ata n.º 5, de 27 de junho de 2014.**-----

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 05**, da Sessão Ordinária de 27 de junho de 2014, a qual foi **aprovada por unanimidade** com 21 votos a favor (PS,PSD,IPA). -----

#### **A.3. - LEITURA DE EXPEDIENTE:** -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia desde a última sessão, realizada em junho, até a presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta. -----

#### **A.4. – INTERVENÇÕES:** -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados Bruno Martins, José Brites e Celeste Sebastião. -----

Antes de dar a palavra aos senhores deputados inscritos, o **Presidente da Assembleia** lembrou que a mesa, em dezembro, prometeu que trataria da elaboração do novo Regimento da Assembleia, em vez de estar a nomear comissões, que na prática se viu resultarem pouco. Assim, e de acordo com o que se tinha proposto, a mesa já ultimou o Regimento e fizeram uma última reunião com os grupos políticos, onde deram a conhecer o anteprojeto do Regimento, que também foi enviado aos Srs. Vereadores.-----

O Sr. Presidente esclareceu que, nessa reunião, foram ouvidos os três grupos políticos e pode dizer-se que este projeto está praticamente concluído. Lembrou também, que se houver alguém que queira ainda fazer algumas alterações, que as faça chegar à mesa, uma vez que houve algumas divergências e, até hoje, ainda não chegou nenhuma contraproposta. Disse, igualmente, que o Regimento é o espelho da Assembleia Municipal, que é através dele que se regulamentam todas as ações da assembleia. Por fim, informou que é intenção da Mesa convocar uma sessão extraordinária para definitivamente encerrar este ponto. -----

**O Sr. deputado Francisco Teixeira** confirmou a sua presença na reunião dos grupos municipais sobre o Regimento e informou que, relativamente às dúvidas por si levantadas, já teve a oportunidade de as aprofundar, pelo que estão em condições de serem enviadas à mesa, para constituírem o *dossier* do relatório final que virá à Assembleia. -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que, dentro da linha que explanou anteriormente, o Regulamento tem de ser o espelho de todos. Por isso, está aberto às propostas que chegarem, que poderão ser aceites ou não, segundo o espírito que foi definido para o regimento, mas serão postas à votação nesta assembleia. Apelou, para que façam chegar as suas propostas, o mais urgentemente possível à mesa.-----

Dada a palavra o **deputado Bruno Martins**, expôs o seguinte: -----  
*"O Grupo de eleitos do PPD/PSD, gostaria de questionar a Câmara, sobre o desenrolar do início do ano escolar 2014/2015 no nosso concelho:-----  
- Problemas detetados.-----  
E se ainda os há? -----  
Ponto de situação da sua resolução.-----  
Também é nossa preocupação, o lento desenrolar do projeto do Museu de Santa Clara.-----  
Uma vez que a candidatura tem prazo até março de 2015, gostaríamos que a câmara informasse esta Assembleia do ponto de situação. -----  
Para quando a repavimentação das ruas do cais da Ribeira, o inverno está a chegar e vai sendo tempo de resolver este problema aos moradores desta zona da vila que bastante tem sofrido pela quantidade de pó, no nosso entender seria de evitar mais problemas com a chegada da estação das chuvas.-----  
Requeremos um pouco mais de atenção dos serviços do município, no que concerne à fiscalização dos detritos depositados no leito da Ribeira de cobres.-----  
Não poderíamos terminar este período de intervenções, sem claro falar sobre o tema da qualidade da água na Vila de Almodôvar.-----  
A seção de esta tarde, foi esclarecedora, no entanto seria correto a câmara explicar a esta Assembleia o desenrolar do processo, ou seja desde a deteção do problema, medidas tomadas e a tomar, sobre esta situação."* -----

No uso da palavra o deputado **José Brites** colocou as seguintes questões:-----

**Limpeza do Poço Chafariz** -----

*Primeiro: - Se tem conhecimento da existência de um cano de águas residuais já atrás referido existente nas suas proximidades situação que se vinha arrastando a vários anos a esta parte e que por tal motivo este poço nunca mais foi limpo. -----*

*Segundo: - E também do edital da Câmara Municipal saído no passado dia 26 de Setembro (sexta-feira) em que derivado a uma bactéria os utentes em principio ou por não saberem ou não entenderem não utilizaram em tudo o água da rede. -----*

*Terceiro: -Se tem conhecimento também que no dia 27 sábado já não existia água à venda por se ter esgotado nas grandes firmas existentes em Almodôvar. -----*

*Quarto: -Se tem conhecimento que antes de haver água canalizada em Almodôvar, a água daquele poço era a mais própria e aconselhada pelos serviços de saúde (Delegado de Saúde), para beber e consumo até nas padarias para fazer o pão. -----*

*Quinto: - Pelos motivos atrás expostos pergunto agora ao executivo se pode ordenar o mais breve possível a limpeza daquele poço, bem como posteriormente proceder a análise da sua água, para em futuros casos desta natureza os mais carenciados e não só, ali se puderem ir abastecer. -----*

**Assunto: - Criação de um Monumento** -----

*Dado já vários municípios que nasceram e que continuam a residir no concelho e outros ausentes, me terem contactado sobre a eventual hipótese de criação por parte do Município de um monumento a colocar num largo rotunda ou outro a designar, destinado a homenagear todos as ex-combatentes do nosso concelho que prestaram serviço no Guerra Colonial, onde desde o início cerca de noventa por cento dos soldados residentes no nosso concelho ali foram prestar serviço, onde muitos vieram com doenças outros perderam a vida e ainda alguns que ficaram inválidos para sempre.-----*

*Assim pergunto se existe por parte do executivo atual da Câmara Municipal disponibilidade de este monumento poder vir a ser uma realidade.-----*

**Assunto:- Regulamento** -----

*Se tem conhecimento se na Câmara Municipal existe regulamento ou postura destinado a abranger firmas como por exemplo EDP, PT, Telecom e outras que pretendam fazer de nova Redes, Acessos, ou reparar as existentes nomeadamente em estradas, caminhos, arruamentos e outros do domínio público e se nele consta que tais obras possam também ser fiscalizadas pela Câmara Municipal. -----*

*Caso negativo, pergunto se há viabilidade de vir a ser criado este regulamento. -----*

**Assunto - Cano de Águas Residuais junto ao poço chafariz em Almodôvar -**

*Para conhecimento este foi dado ao anterior executivo sobre a existência de um cano colocado, junto do poço chafariz destinado as águas pluviais só que durante o verão o mesmo servia para ser usado continuamente com águas residuais, as quais exalavam maus cheiros e mosquitos que prejudicavam os moradores ali próximos, como estragou até a água do próprio poço, foi na altura verificado que era verdade e até colocado no dia 4 de Agosto 2006 um aviso pela Câmara de então, que foi afixado na parede do lavadouro existente junto do poço pedindo desculpa a todos os utentes, sem que tais resíduos deixassem de correr.-----*

*Foi então levantado ao presente executivo esta questão, na sessão da Assembleia de 28 Fev de 2014, tendo este último agora conseguido passar da promessa, ao mais importante ao ato de ser feito, pelo que tomei conhecimento que o mesmo já foi sanado, ficando assim resolvido o problema dos maus cheiros e mosquitos dos residentes nas suas proximidades e por quem ali passou durante estes oito anos. -----*

**Assunto: Passagem submersível sobre a Ribeira Cobres** -----

*Para conhecimento sobre esta passagem que se encontrava em mau estado há mais de um ano, foi aqui levantada também a questão ao presente executivo do Câmara na*

*sessão da Assembleia de 28 Fev de 2014, sobre a necessidade da sua reparação, também esta já foi reparada, ficando assim resolvido o problema de todos os utentes que diariamente se servem daquela passagem.*-----

**Assunto: Iluminação de uma Travessa em Almodôvar**-----

*Mais me congratulo por também nesta Assembleia durante a sessão de 27 Dez. 2013, ter sido levantada a questão da falta de luz nesta travessa, entre as Ruas 1º de Maio e de São Barnabé por não ter luz pública ao presente executivo e agora já se encontrar iluminada.*-----

*É com satisfação ouvir dizer agora a um dos ali residentes que o seu vizinho Manuel pediu e tornou a pedir muitas vezes não só em seu nome mas também em nome de todos ao anterior executivo, ficaram as promessas durante muitos e muitos anos, foi pena morreu e não conseguiu ver o seu pedido aceite, mais disse se fosse hoje vivo ficaria contente de ver não só a seu sonho como o de todos aqui residentes realizado. -*

**Assunto:-Poço de Santo António**-----

*Também o problema deste poço de modo a evitar possíveis acidentes em que a meu ver sobre a sua sinalização deveria ter sido tomado logo em consideração ordenando a sua execução pelo anterior executivo aquando foi alcatroado e inaugurado o caminho do Santo Amaro, e se realizou ali a primeira prova de ciclismo o que não foi feito. -----*

*Assim e dado o perigo continuar existente, também nesta Assembleia na sessão de 29 de Abril de 2014, foi levantada a questão ao presente executivo, onde foi tomada a devida nota, verifico agora que a sua sinalização já se encontra colocada, alertando deste modo todos os utentes daquela via principalmente tanto em noites de chuva como de nevoeiro e com isto estão todos a ganhar, empregando se me é permitido o velho ditado mais vale tarde do que nunca.*-----

**Assunto: Festa do São João**-----

*Para conhecimento o anterior executivo deixou de apresentar no programa a apresentação dos poetas populares há poucos anos na feira da FACAL, foi-lhe então perguntado numa sessão desta Assembleia, tendo sido dada a resposta por não ter conseguido arranjar poetas no nosso concelho. -----*

*Congratulo-me agora por o executivo atual no seu programa, não só ter arranjado poetas todas do nosso concelho, como terem estado presentes na nossa festa de São João.*-----

**Assunto: Relatório de atividades**-----

*"Continua sem nele virem mencionados por parte das divisões as reclamações nele apresentadas, com exceção da fiscalização municipal no ponto 12.6 na sua alínea c) a fls. 90.*-----

*Dado existir gabinete jurídico e de auditoria e pensando que todas as reclamações apresentadas por escrito nos diversos serviços da Câmara passem por aquele gabinete, e em caso afirmativo poderá ser ele a pronunciar-se sobre os mesmos designando num quadro as divisões ou serviços onde as mesmas foram feitas e se possível estado do processo idêntico ao referenciado a fls. 54 deste relatório dando assim conhecimento não só do facto como do seu destino a esta Assembleia.*-----

*Ainda sobre a divisão DAF no seu ponto 10.5 no quadro de documentos mencionados fls. 41, o seu total não está correto.*-----

*É com agrado que reparo que o Relatório continua a ser melhorado."*-----

A deputada **Celeste Sebastião**, fez a seguinte intervenção: -----

*"Em nome Grupo dos Independentes por Almodôvar gostaria de lembrar que faz hoje um ano que os almodovarenses, exercendo o seu direito democrático de cidadãos livres, elegeram o atual executivo da Câmara Municipal, bem como os restantes órgãos autárquicos do nosso Concelho. -----*

*Um novo ciclo político teve início nesse dia, no qual as novas forças políticas eleitas prometiam em campanha eleitoral desenvolvimento, modernidade e inovação para a nossa terra.-----*

*Parece-nos importante, enquanto membros também eleitos para esta Assembleia, fazer um pequeno balanço deste último ano. -----*

*Nos vários discursos do Sr. Presidente da Câmara que fomos registando, e mesmo no próprio programa eleitoral do PS, surgem por diversas vezes as ideias da valorização do turismo e da promoção do Concelho de Almodôvar. -----*

*Pois bem, a título meramente exemplificativo, relembremos algumas das atividades e/ou eventos realizados por este executivo e a sua contribuição para os objetivos por este prometidos. -----*

*Na FACAL, feira montra da nossa terra e local de encontro e reencontro de tantos almodovarenses (a qual este ano sofreu várias alterações, algumas com melhorias, outras nem tanto), notámos e lamentamos a ausência de um pavilhão institucional do Município verdadeiramente representativo das potencialidades do nosso Concelho, apresentando a estratégia e projeto de trabalho do executivo camarário, caso esta exista. Realmente, olhando para o programa eleitoral do PS, nós temos alguma dificuldade em perceber se efectivamente existe uma ideia para o concelho. -----*

*O que é certo é que já passou um ano e o que retemos de mais significativo foi esta maioria deixar cair o centro de dia de Gomes Aires, com a perda de financiamento aprovado, (um prejuízo grande para aquela população e menos um equipamento construído num sector importante da economia social) e, como já foi referido pelo Bruno, o marcar passo relativamente á intervenção no museu etnográfico Manuel Vicente Guerreiro em Santa Clara, um projecto de modernização deste museu e da criação do núcleo interpretativo da estação arqueológica da Mesa dos Castelinhos, também com financiamento aprovado.-----*

*Temos consciência que já passou um ano, mas também temos consciência que só passou um ano e por isso queremos ter esperança que as coisas podem ainda melhorar no futuro. Mas não podemos deixar de lhe dizer Sr. Presidente que o senhor herdou uma Câmara com tantos projectos elaborados e de tanto interesse para o concelho e mais importante, Sr. Presidente, herdou uma Câmara com recursos financeiros para os realizar pelo que será de absoluta incapacidade e incompetência não os concretizar. ----*

*Posso enumerar-lhe alguns:-----*

*Pavilhão gimnodesportivo, requalificação do Centro Histórico da Vila, parque de campismo, armazéns, parque de viatura, oficinas municipais, Polidesportivo em Santa Clara, e outros. -----*

*Depois, se continuarmos no campo de promoção e valorização turística do Concelho:*

*1) Nos últimos dias, ao assistirmos ao Programa Verão Total, transmitido pela RTP, o qual nos parece ter sido programado com a ajuda e aconselhamento deste executivo, apercebemo-nos da latente falta de conhecimento de várias mais-valias da nossa terra por parte de quem programou a agenda do programa. Não retirando nenhum mérito aos almodovarenses que muito bem se fizeram representar, promovendo os seus produtos e saberes, muito ainda ficou por mostrar. Um programa desta natureza tem necessariamente de ser preparado com muito cuidado e com uma grande abrangência de participação, nomeadamente na sua preparação. -----*

*É a imagem do concelho que vai chegar a milhares de pessoas em todo o país e no futuro o saldo será positivo ou negativo consoante a nossa capacidade de transmitirmos tudo aquilo que de bom e de atractivo o nosso concelho tem. E acho que ninguém aqui quer, ou gosta, que a imagem de Almodôvar seja comparada à Faixa de Gaza, como ouvi um dos convidados deste programa referir. -----*

*Podíamos e devíamos ter feito melhor.-----*



*Não nos parece ser este o caminho certo para a tão anunciada promoção turística do nosso Concelho. -----*

*Mas no fundo até compreendemos a posição deste executivo. Com certeza não devem ter lido o Roteiro de Almodôvar, aquele que têm um prefácio escrito pelo anterior Presidente da Câmara???* -----

*De facto, não queremos acreditar que vários documentos e publicações de ordem técnica, histórica e de promoção da nossa terra, tenham sido retirados dos diferentes postos de venda ao público por " possuírem a fotografia e/ou assinatura do antigo Presidente da Câmara", como é referido no comunicado de dois arqueólogos que visitaram o MESA há poucos meses. É que, a ser verdade, esta não passa de uma atitude mesquinha e de vistas curtas, impeditiva da divulgação cultural e do património de Almodôvar, não sendo de todo este o caminho para a promoção e desenvolvimento do nosso Concelho.-----*

*Isto para não falarmos da contradição de atitudes num Executivo Camarário que simultaneamente nos apresenta uma placa de homenagem aos anteriores autarcas e, depois, parece querer passar uma borracha pela obra e património construído pelos executivos que lhe antecederam. -----*

*Passado um ano de governação socialista, continuamos sem perceber qual a estratégia para a tão anunciada promoção e desenvolvimento do Concelho de Almodôvar. É que até agora perdemo-nos numa política assistencialista, de compadrios políticos e festas populares!!!! -----*

*Por último, gostaria de lembrar aos senhores membros do executivo da Câmara Municipal eleitos pelo PS que esta não se trata da conversa dos "velhos dos restelo", como já os ouvimos por ai comentar. Estas são sim as preocupações de pessoas interessadas e apaixonadas pela nossa terra, que têm sempre trabalhado em prol do nosso Concelho e que gostariam que este caminhasse na direção de um desenvolvimento sustentável, e não consoante as vagas da maré de interesses políticos, muitas vezes mesquinhos e pequeninos, sem qualquer estratégia definida. " --*

**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que hoje é o dia em que comemoramos, não o primeiro ano da tomada de posse, mas o primeiro ano da eleição, com o qual o povo de Almodôvar elegeu este executivo e estamos muito congratulados com esse facto. -----

Começou por responder às questões solicitadas na última sessão, uma vez que já tem essa informação reunida. Recordou que tinha sido pedido, pelo Sr. deputado Brites, o inventário dos bancos de jardim existentes no concelho, e que apesar de não ser uma prioridade, conseguiu-se terminar a contagem, tendo-se apurado que existem 384 bancos. Informou, igualmente, o Sr. deputado, que existe uma lista, caso queira consultar algum detalhe sobre o local onde os bancos estão colocados. -----

Informou, também, que não obstante as críticas de que foi alvo relativamente ao seu apoio às manifestações, que visavam encontrar melhores cuidados de saúde para a população do concelho, temos agora mais dois médicos, que irão iniciar funções no início do mês. Acredita que estamos todos de parabéns, principalmente as pessoas que estiveram à frente deste movimento, uma vez que surtiu o efeito que se

desejava. Sabemos que a ULSBA também compreendeu a nossa necessidade, que sabia da nossa falta de médicos, mas se não falássemos, se não nos manifestássemos, se não mostrássemos a nossa indignação, seríamos certamente esquecidos e passados para trás. -----

Respondendo ao grupo municipal do PPD/PSD e Independentes, começou por falar do museu de Santa Clara-a-Nova. Afirmou, que quando o novo executivo iniciou a sua atividade na Câmara Municipal, não teve conhecimento, logo de imediato, desse projeto. Foi um projeto que custou cerca de 43 mil euros à Câmara Municipal, e que feito por uma empresa chamada "*gloribox*" e quando se quis lançar o projecto, este estava incompletíssimo. A verdade é que ainda hoje se continua a trocar correspondência com a empresa, a fim de esta completar as especialidades que pertencem ao projecto, pois não estavam concluídas. Referiu não querer deixar as culpas a ninguém, mas o certo é que o projeto estava na gaveta e não foram informados do projeto a tempo e horas. O projeto vai ser executado porque estamos todos empenhados em fazê-lo, mas, sublinhe-se, o projeto estava nitidamente na gaveta, eram 43 mil euros que estavam ali encostados e, se não fosse o alerta de um funcionário, não nos teríamos apercebido dele. O projeto tem uma relevância muito grande para o concelho de Almodôvar e para a União das Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires. É um projeto acerca do qual não se pode perder o financiamento porque tem todo o interesse municipal e cultural para a nossa região. -----

O projeto de Santa Clara-a-Nova vai continuar, vai ser feito porque é uma mais-valia para a população, não somente para a população das freguesias de Santa Clara e Gomes Aires, mas também da população do concelho de Almodôvar e do Distrito de Beja. É um projeto de interesse nacional, visto a importância que tem. Assim, é um projeto que irá ser continuado e que irá ser concluído antes do prazo previsto. -----

Afirmou-se que deixamos cair, neste primeiro ano, o projeto de Gomes Aires, mas, sobre este assunto, está tudo dito e não voltará a debruçar-se sobre ele. Lembrou apenas que é este executivo quem tem agora a capacidade de decidir e, em relação a esta matéria, decidiu que não era necessário um projeto nos moldes que existia e, por isso, deixaram-no cair, sendo esta uma decisão definitiva, assumindo, ao mesmo tempo, toda a responsabilidade que daí possa vir. -----

Relativamente ao projeto do Cais da Ribeira, informou que o mesmo está a ser preparado, e julga que será possível lançá-lo a Concurso Público dentro de uma ou duas semanas. Como já teve oportunidade de dizer, os projetos devem ser bem pensados e não devem ser lançados em "*cima do joelho*", para que depois não sejam contados trabalhos a mais, por regra e consecutivamente. Relativamente ao projeto de

remodelação da zona ribeirinha, no que se refere à obra de requalificação das águas pluviais e esgotos, a repavimentação dessa zona vai ser feita logo que o projeto esteja concluído. Portanto, quando o projeto estiver concluído será lançado o respetivo concurso público para ser adjudicado e conseqüentemente executado. -----

Quanto à Ribeira de Cobres, referiu desconhecer, em concreto, a zona dos detritos, a que o Sr. deputado se referiu, acrescentando que se são lá colocados detritos, isso é feito de forma ilegal, porque não são permitidos tais depósitos naquela zona. De qualquer modo, referiu que já foram removidos detritos de alguns sítios, não se conseguindo identificar quem os colocou, mas tudo será feito para detetar os infratores. Explicou, mais detalhadamente, que os detritos que lá se encontravam e que constituíam um perigo para a margem da ribeira, foram removidos quando alargaram e aprofundaram a margem da própria ribeira, na extensão entre a azinhaga do borrego até praticamente à ponte, que foi remodelada e ampliada. -----

Quanto há qualidade da água, sublinhou que, na sexta-feira, pelas 16h00, recebeu um comunicado da Direção Regional de Saúde Pública a informar que se deveria avisar a população e emitir, de imediato, um edital, porque a empresa Águas Públicas do Alentejo tinham detetado uma bactéria chamada *legionella*, numa análise extra que foi feita e que, por conseguinte, não fazia parte do regulamento. Explicou, também, que há dois tipos de *legionella*: uma mais perigosa e outra menos perigosa e foi esta última aquela que foi detetada. -----

Se os Senhores deputados acham que a informação, contida no edital, estava incompleta, poderá concordar, pois houve apenas 45 minutos para colocar o edital na rua. A sua principal preocupação não se centrou no modo como o edital estava redigido, mas sim em avisar a população do problema detetado, não obstante sabermos que a população não corria perigo. Se as águas contivessem algum perigo, a própria Saúde Pública, que é o organismo que tutela esta área, teria mandado fechar a água como, aliás, já fez anteriormente noutros locais. A título de exemplo, recorde-se o caso do Rosário, onde, há uns anos atrás, houve um problema na água, pelo que imediatamente se mandou fechar o seu abastecimento. Portanto, se houvesse esse perigo aqui, em Almodôvar, está convencido que o procedimento teria sido o mesmo. Mandaram-nos emitir um edital com as normas cautelares e foi isso que foi feito. Cumriu-se à regra as instruções fornecidas, porque a responsabilidade da Câmara Municipal, nesta situação, reside apenas em fazer o sistema funcionar, uma vez que são as Águas Públicas do Alentejo e a Direção Regional de Saúde Pública que têm a responsabilidade deste processo. A função do Presidente da Câmara é preservar a saúde pública, a

qualidade de vida dos cidadãos do concelho. Deste modo, começou por contactar as Águas do Alentejo e a Saúde Pública. Estas entidades comunicaram-lhe que no fim-de-semana não podiam fazer mais senão aumentar a dose de cloro nos depósitos, apesar de o terem informado que havia, de facto, um depósito com um problema e que, em consequência, iriam iniciar a limpeza e higienização dos quatro depósitos a partir de segunda-feira. Hoje houve uma nova reunião, onde se traçou o plano para a resolução deste problema. Assim, informou-se também que já foram feitas as higienizações de dois depósitos, amanhã de manhã, será feita a limpeza de outro depósito, e entre as 22h00 e as 24h00 a vila ficará sem abastecimento público de água, porque vai haver a necessidade de se fechar o depósito elevado. Este trabalho será feito pelas Águas do Alentejo, uma vez que a responsabilidade da água de abastecimento, em alta, é daquela entidade. Para que não haja dúvidas, a responsabilidade da Câmara Municipal consiste em assegurar que a água chegue a casa das pessoas com qualidade.-----

Na quinta-feira, à noite, ir-se-á fechar a água durante a madrugada, provavelmente, entre as 3h00 e as 6h00 e ir-se-á também fazer descargas de cloro na rede pública de abastecimento. Este procedimento é da iniciativa da Câmara Municipal, não obstante, ninguém ter dado indicações para o fazer, mas, entendeu-se, por bem, levar-se a cabo este procedimento, para se ficar com a certeza que a bactéria não fica alojada na canalização de distribuição de rede doméstica. Tem a convicção de que está a fazer aquilo que acha que é o melhor para assegurar a qualidade da água, que está a ir além um passo daquilo que compete à Câmara Municipal, já que, segundo a informação das Águas Públicas do Alentejo e da Saúde Pública, este procedimento não seria necessário. Talvez esta medida de precaução possa ser considerada excessiva, mas pensa que é importante que seja tomada como forma de precaução, até para que amanhã não se diga que havia uma legionella na rede doméstica que voltou ao depósito. -----

Voltou a frisar que, se houve falhas na comunicação do edital, foi porque não houve tempo e a população precisava de ser informada, pois era sexta-feira e os serviços das Águas do Alentejo não poderiam assegurar a limpeza durante o fim-de-semana, tendo em conta que estes serviços têm de ser feitos por empresas especializadas.-----

Explicou ainda que, hoje de manhã, convocou uma sessão de esclarecimento para as 15h00 e que durante essa sessão de esclarecimento houve uma acusação muito direta à pessoa do Presidente da Câmara, por não ter convidado a Delegada de Saúde do nosso concelho. A este respeito, esclareceu que não lhe competia convidar a Delegada de Saúde, pois quem informou a Câmara Municipal da situação

foi a Delegada Regional da Saúde Pública, a Dr.ª Felicidade Ortega e, portanto, esta é que deveria ser convidada, como aliás foi, para esclarecer as pessoas sobre o problema da legionella. A Dr.ª Felicidade Ortega, como responsável máxima da nossa região, estava perfeitamente à vontade para convidar quem entendesse para participar nesta sessão de esclarecimento. Quem foi ou não convidado para esta sessão esteve para além das competências da Câmara Municipal, pois a Câmara Municipal apenas pediu auxílio ao órgão máximo por este setor. Acrescentou que estiveram na sessão de esclarecimento os representantes das duas entidades com quem contactou desde o início, o engenheiro responsável pelas Águas Públicas do Alentejo e dois técnicos enviados pela Delegada Regional da Saúde Pública. -----

Mencionou que ficou muito satisfeito com a sessão de esclarecimento, que foram feitas inúmeras perguntas, que nenhuma ficou sem resposta, e que se houver necessidade de responder a perguntas que tenham a ver com a responsabilidade da autarquia, está disponível para esclarecimento adicionais dos munícipes. -----

Respondendo ao Sr. deputado José Brites, o Sr. Presidente referiu que conhece o problema do cano do chafariz, mas a sua resolução, de momento, não é prioritária. Esclareceu, de seguida, que, de facto, é necessário ligar aquele tubo ao local certo, apesar de já ter havido remodelações, e que, não obstante, estar melhor, provavelmente, não é uma situação definitiva. -----

Quanto à limpeza da Ribeira, frisou que não se conseguiu fazer tudo ao mesmo tempo, que uma parte já foi limpa e ir-se-á limpar a parte restante. Agora começaram as chuvas e, naturalmente, espera que no próximo verão se chegue a essa parte onde estão os detritos ou sujidade das águas pluviais. Adiantou que é muito estranho que aquele tubo de águas pluviais contenha detritos humanos, crendo que possa ser alguma canalização que esteja mal ligada, porque, na realidade, tal situação não deveria acontecer. -----

Quanto ao Monumento, acusa a receção de uma carta do Sr. deputado Brites, mas ainda não teve oportunidade de discutir este assunto com os restantes membros do executivo, a fim de o levar a reunião de Câmara. Esclareceu que, apesar de ser um assunto importante, uma vez houve pessoas que perderam a vida na guerra do Ultramar, não o considerou, para já, prioritário, porque têm surgido outros assuntos mais urgentes para resolver, pelo que este ficou para uma decisão posterior. -----

Sobre a existência de um regulamento para empresas, como a PT ou EDP, que trabalham no município, informou que não há nenhum regulamento, mas existe na Câmara uma divisão, a DOTGU, que recebe

os pedidos, os projetos e fiscaliza a sua execução, para averiguar se estão dentro das normas e que cada empresa é responsável pelo seu próprio trabalho. No fundo, o que a Câmara tem que fazer é assegurar-se se as infraestruturas feitas por essas empresas estão dentro da legislação e se deixam o trabalho, pelo menos, tão bem feito ou igual ao que estava quando começaram as obras. -----

Sobre os relatórios, espera que cada vez mais se vá melhorando, o espírito é esse, melhorar e fazer cada vez melhor. -----

Respondendo à senhora deputada do Movimento dos Independentes, lembrou que estamos quase no fim do primeiro ano de mandato e, de acordo com o programado, houve a preocupação que este primeiro ano fosse um ano dedicado às pessoas, fortemente voltado para as pessoas, mas que não estamos esquecidos dos projetos. Recordou, que na sua análise às promessas eleitorais dos executivos anteriores, ficou sempre 30 a 40% por executar, como aconteceu com as promessas do ato eleitoral anterior. Haverá, com certeza, coisas que não conseguirão fazer, mas farão todos os possíveis para fazer o máximo dentro das suas competências e capacidades nestes primeiros quatro anos. Ninguém trabalha numa Câmara Municipal para quatro anos, as pessoas fazem projetos, e um projeto tem que ser mais longo, de oito, doze e, às vezes, até mais anos. O que nós estamos a fazer, é mostrar que somos capazes, que temos projetos inovadores, que queremos mudar, que queremos fazer diferente. Não estamos a fazer cópias do que o anterior executivo fez nem pretendemos tal coisa. Este executivo tem o seu projeto, o executivo anterior tinha outro projeto. Sabemos que irão falar sempre mal dos nossos projetos, e encara isto com naturalidade, enfim, é a outra face da política. Todavia, garantiu que estão aqui para trabalhar e julga que para falar mal dos projetos deste executivo tem de haver uma base, pois não se deve falar mal só por falar mal, tem de haver fundamento, pois, mesmo em política não vale tudo. Pediu que esperem para ver, pois irão pôr os projetos em prática e espera não defraudar os munícipes e, muito menos, os deputados desta assembleia.

Relativamente à FACAL, disse que não vai falar outra vez do assunto, já que se falou tudo o que tinha que se falar e, por isso, será inútil repetir o assunto, acrescentando apenas que a realização da FACAL foi um sucesso, ainda que isso doa a muita gente, mas, a verdade, é que foi um sucesso e, para o próximo ano, ir-se-á repetir este evento, mas melhorado. -----

Sobre o Centro de Dia de Gomes Aires, prometeu não falar mais do assunto, pois o que havia para esclarecer foi devida e detalhadamente esclarecido, para quem quiser relembrar o assunto remeteu para e leitura das respetivas as atas. -----

Quanto ao Museu de Santa Clara, apesar de já ter respondido, está disponível para responder a qualquer outra questão que surja sobre esta matéria. -----

Relativamente ao Núcleo dos Castelinhos, frisou que o mesmo não foi abandonado. A este propósito, lembra que o Sítio das Mesas dos Castelinhos, este ano, foi visitável pela primeira vez, não obstante os muitos anos, que ali se trabalha. Não está e dizer com isto que foi esta gestão camarária que conseguiu este feito, mas, de facto, foi feito trabalho nesse sentido. Portanto, não se deixou cair o Sítio Arqueológico das Mesas dos castelinhos, pelo contrário, foram feitos avanços e, para que fique registado, têm a maior consideração por quem lá trabalhou e o maior apreço pelo projeto. -----

Sobre o Verão Total, a senhora deputada disse que este executivo não o pensou como devia ser, que este evento não foi preparado, que não quer ser arrogante, mas por muito mal tratado que esta iniciativa tenha sido, a verdade, é que foi um sucesso e são as pessoas que falam por si, que dizem o que pensam e, deste modo, o confirmam. Foi a primeira vez que a televisão esteve em direto das ruas de Almodôvar, e foi a primeira vez que a televisão veio falar com os nossos produtores, com a exceção de uma FACAL, em que se fez um direto. Mas, na realidade, das ruas de Almodôvar foi a primeira vez que se fez um programa deste género. Este programa, é um programa que tem andado pelo país inteiro, mas foi a primeira vez que aconteceu em Almodôvar. Naturalmente há sempre lugar a melhorias, está-se sempre a aprender e há também lugar a críticas e ainda bem que assim é. A crítica feita pela Sr.ª deputada vai ser considerada e da próxima vez que se realizar um programa televisivo desta natureza em Almodôvar, ter-se-á isso em conta. A Sr.ª deputada falou da faixa de gaza, não sabe a que se refere, nunca mencionou tal palavra, pois adora a sua terra, fala da sua terra com um carinho muito grande e não deixa que ninguém diga mal da sua terra ao pé de si e é por gostar da sua terra que está aqui. -----

Quando a senhora deputada fala em divulgação cultural, de festas e festinhas, julga que não está a ser justa, porque a atual gestão da Câmara está a fazer o mesmo numero ou mesmo menos festas do que se fazia antes, sem sequer se comparar com o último ano, que era um ano eleitoral e, por isso, houve a tendência para fazer mais festas. Todas as festas que foram feitas tiveram um objetivo, que foi servir a população, divulgar o concelho, desde o ciclismo à FACAL, passando pela Feira Medieval, pelo Verão Total, até à festa dos Jovens. Estas Festas têm custado uma insignificância, nomeadamente as mais pequenas, pois sempre tem havido a preocupação de gastar menos do que se gastava antes e, naturalmente, haverá sempre lugar para melhorias. -----

Falou, ainda, a senhora deputada, de compadrios políticos. Garante que não sabe do que está a falar e, muito honestamente, não sabe o que é compadrios políticos. Aceita e admite que possa haver alguma tendência para falar mais com certas pessoas, para falar mais com alguém da sua confiança, como seja o seu executivo, mas, de resto, não vê nesse relacionamento nem negócios a serem facilitados, nem empreitadas a serem adjudicadas, nada que se possa igualar àquilo que pensa serem compadrios políticos. Julga, que tudo o que se disser fora deste contexto, em relação à sua pessoa, não tem qualquer sentido, muito menos relacioná-lo com compadrios políticos. O que existe são trabalhos a serem executados por empreiteiros, que estão a fazer estes trabalhos e muitos mais farão no futuro, e, da parte da Câmara Municipal, o que se faz é aquilo que é correto, ou seja, analisam-se os preços e a qualidade do empreiteiro. Nesta Câmara Municipal, se houver alguém que tenha tido problemas, que não faça o trabalho de forma correta e honesta, não trabalha connosco. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que se estava a exceder o tempo reservado a este ponto, mas, mesmo assim, a mesa iria permitir um segundo período de inscrições. -----

O **Sr. deputado Bruno Martins** referiu que concorda que os projetos sejam pensados e avaliados de uma forma competente e consistente, no entanto, como o Sr. Presidente frisou, e muito bem, temos aí a estação das chuvas e temos “um estaleiro” no cais da ribeira, e à medida que as chuvas aparecerem os detritos que lá estão, e alguns deles não são pequenos, vão cair todos dentro dos sumidouros que foram alterados. -----

Relativamente à abertura do ano escolar frisou que não lhe respondeu, pressupondo que foi por esquecimento. -----

**A deputada Celeste Sebastião** disse que o Sr. Presidente esteve a ouvir com atenção a sua intervenção e ouviu, com certeza, dizer que já tinha passado um ano, mas que só tinha passado um ano e, portanto, nem estava à espera que o executivo do PS já tivesse obras feitas e trabalho de monta neste ano. O que estava a falar era que já tinha passado um ano do dia das eleições e, após uma análise do programa eleitoral do PS, tem alguma dificuldade em saber quais são os projetos, qual é a ideia deste executivo para o concelho, qual é a estratégia que têm para a nossa terra, essa era uma das principais questões na sua intervenção. -----

Quando o Sr. Presidente falou que ficaram 30% por executar no último ano do mandato do anterior executivo, gostaria só de lembrar que nunca houve um executivo que tivesse dado tanto desenvolvimento, na



opinião dos independentes, ao concelho de Almodôvar, nem que tivesse feito tanta obra que se visse e contribuísse para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar da nossa terra, o que não oferece dúvidas, para além da promoção do nosso concelho no exterior. Lembra os anos do PS à frente da Câmara, não este último, mas os anteriores, em que se falava de Almodôvar nos meios de comunicação, mas era pelas razões erradas. Recorda que vivendo fora, trabalhando em Lisboa, nos últimos 12 anos a sua terra começou a ser falada nos meios de comunicação social por bons motivos, a promoção da sua terra. A sua terra começou a ser conhecida, as pessoas começaram a ter vontade de vir a Almodôvar, de vir conhecer os seus produtos, o seu património, a sua história e não foi o "Verão Total" que deu o primeiro passo. Lembra, que quando interveio, deu o mérito aos almodovarenses que estiveram naquele evento a promover os seus produtos e os seus saberes, mas sustenta que não foi a primeira vez. Se não está em erro, esteve cá a televisão numa feira medieval, na feira do cogumelo e do medronho em S. Barnabé e, com certeza, houve muitos outros momentos em que o nosso concelho foi promovido nos meios da comunicação social. Num programa em direto, com tantas horas como o "Verão Total", devia ter sido mais bem preparado, dando-lhe uma maior atenção para que o saldo pudesse ser o mais positivo possível.-----

Esclareceu que não disse que foi o Sr. Presidente que comparou Almodôvar à Faixa de Gaza, mas que esta expressão foi referida no programa por um dos convidados, como podem ver nas gravações. -----

A deputada **Fátima Paleta** começou por dizer que é oportuno frisar que, na realidade, o Executivo anterior fez com que Almodôvar fosse bastante falado, e aprecia esse facto, pois viu muitas vezes, e por boas razões, o nome da sua terra, do seu concelho, mas honra seja feita ao atual Executivo e ao trabalho que está a ser desenvolvido. É sua opinião que Almodôvar continua a ser conhecida, continua a ser falada, é visitada, não só pelas pessoas da terra que aqui vêm, mas também por pessoas de fora.-----

Para terminar, disse ao Sr. Presidente que tem um problema sério para resolver, pois tem de fazer uma opção também séria, que é escolher entre ser Presidente do Executivo da Câmara ou realizador de programas de televisão, porque tanto quanto percebeu daquilo que foi dito, o Sr. Presidente realizou mal o programa de televisão. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por pedir desculpa ao Sr. deputado do PSD por não ter respondido à questão relativa ao ano escolar, e também porque interpretou mal quando se falou dos detritos, pois não pensou que se referia àqueles que podiam correr para os

sumidouros ou para a ribeira com as chuvas, mas àqueles que estavam à beira da ribeira, e daí a sua resposta.-----

Referindo-se aos detritos, disse que, de facto, é uma preocupação que fica registada e que é sua intenção fazer aquele projeto andar o mais rápido possível. -----

Quanto ao ano escolar, afirmou ter corrido dentro da normalidade. Foi o primeiro início de ano escolar deste executivo, pelo que se tentou prestar atenção a muitos detalhes, mas, também, como é natural, houve detalhes que falharam. Existem ainda turmas onde não estão asseguradas as aulas de educação física, porque a professora está de licença de maternidade e houve a necessidade de contratar um outro professor. Poder-se-ia ter iniciado o processo de contratação mais cedo, mas pensou-se que concorreriam mais interessados e, neste processo, demorou-se algum tempo a encontrar a pessoa certa, uma vez que nem todos os concorrentes quiseram aceitar as condições que foram oferecidas, como por exemplo, o ordenado ou a distância, etc., e foi esta a razão por que essa parte falhou. -----

Depois, outra parte que também falhou, foi a contratação do professor das atividades extracurriculares de inglês. Explicou que a primeira professora aceitou o lugar e, dois dias depois, disse que não queria o lugar, porque o horário não lhe convinha. A segunda professora aceitou o lugar, mas está grávida e, por isso, houve a necessidade de contratar outra pessoa. Para que se resolvesse esta situação, foi necessário juntar as duas pessoas e, depois, de comum acordo, uma assinou o contrato e a outra assinou a substituição, tendo este processo levado uma semana. Disse ainda, que não houve A.E.C. de Inglês e considera que a responsabilidade é sua, porque tem esse pelouro e essa parte ficou nas suas mãos, não tendo conseguido resolvê-la a tempo e horas, apesar da sua equipa ser excepcional e o ajudar ao máximo.-----

Quanto aos restantes aspetos do ano escolar, julga que esta semana iniciar-se-ão as aulas de música. Informou também que foi contratado um professor de música que garantiu que ia trabalhar nas nossas escolas, mas, depois, por questões orçamentais, não se chegou a acordo e, por isso, houve a necessidade de contratar outro professor que deve começar esta semana ou no início da próxima. -----

Relativamente aos transportes dos alunos, pensa que não houve falhas, mas apenas alguns equívocos na troca de informações com a escola, os quais foram remediados no próprio dia. Em todo o caso, pensa que nenhum aluno deixou de ser transportado. Os subsídios para os livros e demais material escolar foram garantidos, portanto, neste aspeto, não houve qualquer falha da nossa parte. -----

Relativamente à questão que a deputada Celeste mencionou, aprecia muito a sua retificação. Nos doze anos que o anterior executivo esteve no poder, fez o seu melhor, tal como nós iremos fazer. Aliás, acha que nenhum Presidente de Câmara quererá fazer um mau trabalho. Portanto, nestes doze anos fizeram o seu trabalho e tiveram as suas responsabilidades e nós faremos o nosso, se assim nos deixarem fazer. Estamos todos de parabéns, porque o que está feito, está feito, ninguém o tira, pertence ao concelho e não há que criticar as coisas que foram feitas. As que são mal feitas remedeiam-se, as que são bem-feitas ainda bem que se fizeram. Esta é a sua postura, a sua opinião. O que se faz, faz-se para o concelho, faz-se para todos nós, é assim que pensa e pede desculpa se, com isto, ofende alguém. -----

Relativamente à questão da realização do programa "Verão Total", disse que não é realizador de programas de televisão, todavia, tenta fazer o seu melhor para promover o concelho. A televisão esteve cá, em Almodôvar, com o apoio da Câmara Municipal, mas é ela a responsável por toda a programação. Houve um corte de comunicações, esteve-se sem rede de satélite, mas esta é uma responsabilidade que nos escapa e foi por isso que uma parte da programação planeada para a parte da manhã não pôde ser transmitida pela televisão. -----

Para finalizar, lembrou que a atual gestão camarária iniciou o seu mandato no dia vinte e um de outubro e ainda não tiveram o programa de apoio comunitário aprovado, o qual continua em negociação. Esta situação não aconteceu com o anterior executivo e outros executivos anteriores, que beneficiaram desse plano de apoio e nós só iremos beneficiar desses apoios quando o plano for aprovado. Explicou que ainda não se sabe bem quais as definições do plano, sabemos quais são os eixos de apoio, mas não sabemos tudo sobre o programa. Portanto, temos que aguardar, mas há-de chegar o tempo em que ficará tudo definido, em que saberemos onde há dinheiro. Então, nessa altura, iremos dar tudo por tudo para tirar o máximo proveito dos apoios comunitários. Assim, com este objetivo, estamos a criar uma carteira de projetos para depois podermos avançar. -----

**B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA N.º 84/PRESIDENTE/2014, RELATIVA À FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que clarificasse esta situação. -----

O **Presidente da Câmara**, começou por dizer que esta proposta foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara de 17 de setembro e vem no seguimento da proposta que fizeram o ano passado. -----

Explicou que cabe aos Municípios, de acordo com o estabelecido no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixar anualmente a taxa aplicável aos prédios urbanos, para vigorarem no ano seguinte, entre os limites constantes de 0,5% a 0,8% para os prédios urbanos previstos na alínea b), do n.º 1, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e 0,3% a 0,5%, para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, conforme previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º, do mesmo Código, bem como estabelecer coeficientes de majoração ou minoração em situações particulares e comunicar a decisão da Assembleia Municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de novembro. A Câmara propõe, para vigorar no ano de 2015, a fixação da taxa de 0,5 % para os prédios urbanos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e de 0,3 % para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º, do mesmo Código, bem como fixar a majoração de 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, pretendendo-se, assim, estimular os respetivos proprietários a realizar as necessárias obras de segurança e salubridade.-----

Usou da palavra o deputado **José Brites** que disse o seguinte:-----

**"Assunto:-Taxas do Imposto Municipal sobre imóveis-----**

*Aproveito para solicitar, na medida do possível, uma lista dos processos só dos prédios onde houve alterações e dos findos por motivos de demolição, etc. desde a data da sessão do ano anterior 2013 até a presente data."* -----

O deputado **Francisco Teixeira**, relativamente à listagem dos prédios degradados, quis saber se tinha aumentado ou diminuído, como é que tinha sido o processo de inventariação e identificação de novos casos e que conclusões foram tiradas. Quis ainda saber, quais as diligências encetadas pela Câmara junto dos proprietários e se os resultados foram positivos. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** esclareceu que a listagem está à disposição dos senhores deputados, mas que e o senhor Presidente, com certeza, clarificará o assunto. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que não há diferenças significativas em relação à listagem anterior, que há um prédio ou outro que foi reparado dentro da vila, que há um ou outro prédio que foi encontrado mais em ruínas. Neste momento, a listagem encontra-se disponível, pode ser comparada com a do ano passado, mas, de facto,

não há diferenças significativas. Quanto às diligências tomadas para tentar resolver estas questões, a sua incidência recai sobre três prédios e está-se a pressionar os respetivos proprietários, julgando que um deles está praticamente resolvido. Existem também alguns casos, cujos proprietários não estão identificados, e existem muitos outros casos a quem se mandaram cartas, mas que não serviram de nada. Nesta situação, serão, certamente, tomadas medidas mais rígidas, estando-se, neste momento, a aguardar para ver como é que as coisas vão funcionar. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação, a **Proposta n.º 84/PRESIDENTE/2014, relativa à fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis**, a qual **foi aprovada, por maioria**, com 20 votos a favor (PS, PSD, IPA) e 1 abstenção (PS). -----

**B.2. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA N.º 85/PRESIDENTE/2014, RELATIVA AO LANÇAMENTO DA DERRAMA:-----**

O **Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que desse uma ajuda para clarificar este assunto.-----

O **Sr. Presidente** começou por referir que a derrama é um imposto que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas. Frisou que no ano passado se optou por conceder isenção aos sujeitos passivos que apresentassem um volume de negócios inferior a €150.000,00. Afirmou que optava por continuar com essa estratégia visto que não houve de facto melhorias significativas em termos de receita, nem era de esperar, mas orgulha-se de ser conjuntamente com Aljustrel os dois únicos Municípios do Distrito de Beja que têm esta postura em relação a não cobrar a derrama a empresas que tenham o lucro tributável inferior aos €150.000,00, cobrando só a derrama de 1,5% sobre o lucro tributável a pessoas coletivas que apresentem um volume de negócios superior a €150.000,00.-----

No uso da palavra, o deputado **Francisco Teixeira** começou por referir que, uma das razões pelas quais existe esta taxa de 1,5 % acima de 150 mil euros, tem sido o problema da derrama da SOMINCOR. Recordou, que no passado, o PS sempre se opôs a que houvesse qualquer taxa de derrama, inclusivamente acima dos 150 mil euros, havendo mesmo um ano, em que essa taxa foi abolida no concelho de Almodôvar. A derrama foi reposta por pressão, inclusivamente de membros do PS, porque se achava que era injusto para o concelho de Almodôvar que toda a derrama relativa á SOMINCOR, 99% de toda a

derrama paga pela SOMINCOR, retribuisse a favor do concelho de Castro Verde. Durante todos estes mandatos do PSD, foram feitas inúmeras diligências junto de todas as entidades, Governo do PS, Governo do PSD, Direção de Finanças de Beja e Lisboa, Secretarias de Estado, Tribunais etc.. Esse processo tem sido doloroso, com pareceres de juristas de toda a espécie e feitio, tanto da parte da Câmara de Almodôvar como de Castro Verde. Algumas conclusões já se tiraram, inclusivamente já houve duas Leis de Finanças Locais pelo meio. Esta segunda lei, alterou um pouco o dispositivo da derrama, houve muitos protestos a nível nacional, porque não é só o concelho de Almodôvar que tem este problema, há outros concelhos que têm este problema, não só por causa dos recursos mineiros, como inclusivamente por causa da repartição de rendimentos resultante de barragens etc. É um assunto que o executivo anterior tudo fez, para de alguma forma repor um facto que é uma injustiça grave, do ponto de vista político e de solidariedade territorial e nacional, deve ser feito até ao limite das circunstâncias e isso efetivamente o executivo anterior fez. Umas vezes, com perspetivas positivas que indicavam que iria acontecer algo a nosso favor, outras vezes, com mais dúvidas e com decisões dos tribunais. No entanto, os independentes consideram que esse problema não deve ser abandonado de forma alguma, enquanto existirem probabilidades, mesmo que reduzidas de termos a receber alguma derrama significativa da SOMINCOR. -----

Neste sentido, pergunta ao Sr. Presidente, qual é a sua filosofia de intervenção neste assunto, uma vez que está neste mandato há pouco tempo, mas certamente já tomou contacto com o problema e fará alguma ideia, perante os factos que estão em curso, uma vez que o processo não está terminado. Pergunta o que já fez e o que eventualmente pensa fazer perante esta injustiça, acrescentando que nunca deve desistir, inclusivamente deve fazer pressão junto do governo, mesmo que as leis tenham saído, para se repor aquilo que é de direito e para que a justiça possa voltar a existir. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia**, em relação a este problema, fez um ligeiro parêntese para dizer que, por dever de profissão, conhece este assunto desde o primeiro ano em que a SOMINCOR abriu a sede em Castro Verde. Relembra que esta questão abrange não só a SOMINCOR, mas também outras empresas, como por exemplo, os bancos que estavam em Lisboa e que tinham a sede no Porto. Sublinha que esta situação é um problema de fundo, que não se deve desistir dele, mas que tem de se fazer uma grande pressão a nível nacional.-----

Na sua alocução, o deputado **José Brites** verbalizou o seguinte: -----

**"Assunto: Lançamento de Derrama** -----

*Refiro aqui, mesmo sem ser pedido, por ser dado conhecimento a esta Assembleia no verso da proposta n.º 85 entregue para consulta o histórico da derrama com início em 1993 até ao ano de 2013 inclusive.” -----*

O deputado **Vítor Saleiro** sobre esta matéria, disse que, uma vez que se abordou a questão relacionada com a SOMINCOR, pensa que esse assunto deve merecer deste executivo uma maior insistência e deve continuar-se, no futuro, a insistir, no sentido de tornar viável essa comparticipação da derrama para o nosso concelho. Todavia, gostaria de levantar aqui um problema: das propostas já feitas, em termos de campanha eleitoral, estará no horizonte de qualquer executivo camarário atrair empresas que possam dar emprego aos residentes do concelho. Por isso, a questão que coloca diz respeito à criação de um ambiente de maior atração para futuras empresas. Essas empresas poderiam, quem sabe, escolher o nosso concelho para exercer várias atividades, estando a lembrar-se, por exemplo, de empresas florestais, da área do turismo ou da área do artesanato. Estas questões devem ser equacionadas, o executivo deve refletir e pensar em termos futuros e, para isso, deve-se acautelar aquilo que é a derrama, para que ela não seja um indicativo de que todos aqueles que queiram porventura instalar-se cá, tenham realmente um impedimento, que é a derrama. Disse também, que as questões relacionadas com a “politiquice caseira” têm de passar a dar lugar à discussão de assuntos que nos interessam, pois perde-se muito tempo com questões que realmente não têm muito interesse. Vamos tentar resolver os problemas que temos em vista, essa é que é a questão fundamental, gostaria que este assunto viesse noutra oportunidade a ser discutido novamente. -----

**O Sr. Presidente da Câmara**, em relação ao assunto da SOMINCOR e da derrama, referiu que ao colocar-se esta derrama com isenção para empresas com os valores tributáveis até aos 150 mil euros, foi no sentido de tentar atrair empresas pequenas para o tecido empresarial de Almodôvar e para que essas empresas pudessem ver no nosso concelho algumas vantagens. De facto, aplicamos 1,5 % da derrama, tendo em conta a perspetiva futura de poder contar com algum imposto vindo das receitas da Somincor, face aos rumores de nova legislação a ser preparada Relembrou, que o assunto da derrama já esteve em tribunal, perdemos a causa no tribunal de Beja e foi remetido, ainda em tempo do anterior executivo, para o tribunal central administrativo do sul. O atual executivo continua o processo com alguma força, com os advogados a trabalharem no assunto. Informou também, que, agora, no final do ano está previsto sair nova legislação que poderá eventualmente favorecer o nosso município ou outros municípios que tenham situações de exploração de minério. Registou o desejo de assim acontecer lembrando

que caso isso aconteça, a nossa empresa de advogados fará os possíveis para conseguir que o município de Almodôvar possa beneficiar, de alguma maneira, da exploração mineira que existe no nosso concelho. ---

Relativamente ao assunto do Sr. deputado Vítor Saleiro, julga que o mesmo tem toda a lógica. Devemos, pois, implementar medidas e criar projetos que possam dinamizar o tecido empresarial e é isso que se pretende fazer. -----

A terminar, referiu, que todas as sugestões são bem-vindas neste fórum de discussão e não se sente lesado por isso. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a **proposta n.º 85/PRESIDENTE/2014, relativa ao lançamento da Derrama**, o qual **foi aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD). -----

**B.3. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA N.º 86/PRESIDENTE/2014, RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM:-----**

O **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que explicasse o teor da proposta. -----

O **Sr. Presidente** explicou que a legislação estabelece a cobrança de uma taxa sobre a implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo. Assim, os órgãos municipais devem aprovar o percentual a aplicar às empresas que desenvolvam a sua atividade no âmbito das redes e serviços de comunicações eletrónicas, bem como serviços conexos, propondo a Câmara aplicar o percentual de 0,25% referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às empresas que desenvolvam a sua atividade no âmbito das redes e serviço de comunicações eletrónicas, bem como de serviços conexos, na área do Município, no decorrer do ano de 2015.-----

Na sua alocução o deputado **José Brites** verbalizou o seguinte: -----

*"Assunto: Taxa Municipal de Direito de Passagem. -----*

*Congratulo-me com a taxa apresentada na proposta n.º86 e mais por no verso desta ser dado conhecimento à Assembleia, de uma listagem onde consta o nome das Firms que desenvolvem a sua atividade na área do nosso Município. -----*

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a **proposta n.º 86/PRESIDENTE/2014, relativa à Taxa Municipal de Direito de Passagem**, a qual **foi aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD). -----



**B.4. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA N.º 87/PRESIDENTE/2013 RELATIVA AO DIREITO A UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ART.º 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO:-----**

O **Presidente da Assembleia** introduziu o novo ponto da ordem de trabalhos e requereu ao Sr. Presidente da Câmara que desenvolvesse o teor da proposta -----

O **Sr. Presidente** explicou que a taxa de participação variável no IRS que tem vindo a ser aprovada é de 5%, e a presente proposta, aprovada por unanimidade em reunião de Câmara de 17 de setembro, mantém o mesmo valor. Esclareceu que é um valor que algumas Câmaras Municipais, no passado tentaram diminuir, mas atualmente, face aos cortes que se fazem sentir no orçamento de estado, aqueles que a baixaram estão novamente a subir a percentagem. -----

Considera que é a taxa que tem toda a lógica, uma taxa que não traz grandes benefícios para o município, mas para a Câmara, modificar esta taxa, não seria neste momento vantajoso, face às despesas e ao orçamento de estado. -----

O **deputado Vítor Saleiro** referiu que gostava de trazer a esta assembleia a discussão de um assunto que, como já vai sendo hábito em algumas autarquias do país, quarenta e dois municípios em 2013 devolveram o IRS aos cidadãos e em 2014 prevê-se que sejam setenta e dois municípios. Referiu que, num momento e numa conjuntura por que todos nós estamos a passar, com muitas dificuldades, esse reforço de verbas seria agradável. Recordou, que o Sr. Presidente apelou a que esse valor se mantenha em relação ao ano passado, que isso terá a ver com o destino a dar a essas verbas e com o reforço do orçamento da Câmara, mas, porque não criar uma alternativa a esta situação, para que este valor possa ser reduzido para 3 ou 4%, através, por exemplo, da redução de despesas. Pensa que esta alternativa não implica grande contabilidade e que não é muito difícil de fazer, temos é que criar opções. Os municípios deste concelho, com certeza congratular-se-iam com o retorno desse IRS, pelo menos a parte que lhes diz respeito, nesse valor percentual. Temos que amadurecer ideias, pensar em alternativas a esta situação, porque vivemos numa situação difícil que nos toca a todos e o que ficar no nosso bolso, por pouco ou muito que seja, é, sem dúvida, importante. Portanto, gostaria de lançar aqui o repto, no sentido de se poder avaliar esta proposta em termos de futuro e porque não analisá-la para já. -----

O **Sr. Presidente** disse que apreciou muito a intervenção do Sr. deputado Vítor Saleiro e informou que tem existido um esforço para, de facto, haver alguma redução de despesas em áreas que não afetem os interesses da população. Considera a hipótese de poder vir a fazer o exercício sobre a diminuição da taxa do IRS e verificar a sua viabilidade, não o julgando oportuno neste momento. Pegando no facto do Sr. deputado ter mencionado que em 2013, quarenta e dois municípios devolveram o IRS aos cidadãos, relembra que em 2011 foram sessenta e seis, em 2012 foram cinquenta e um e em 2013, quarenta e dois, sendo a tendência, como se verifica, para descer. Recorda que se descermos a taxa em 1%, e se o município pagar 500 euros de IRS, poupa 5 euros. Será que 1% é significativo? No entanto, para a Câmara Municipal o valor de entrada do IRS tem muito significado. De facto, se tirarmos 1%, a um município que paga em média quinhentos ou seiscentos euros de IRS, a percentagem será de cinco ou seis euros. Com certeza que esta quantia, por baixa que seja, tem valor, ninguém põe isso em causa, cinco ou seis euros é dinheiro, mas, se calhar, não é assim tão importante para o município. Acha que se pode pensar e ponderar esta sugestão, mas primeiro poderíamos começar por pensar numa alternativa e só depois pensar na redução desta taxa. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a **proposta n.º 87/PRESIDENTE/2014, relativa ao direito a uma participação variável de 5% no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro**, a qual **foi aprovada, por maioria**, com 20 votos a favor (PS, IPA e PSD) e 1 abstenção (PS). -----

**B.5. – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROCESSO N.º 26/2014, REQUERIDO POR FERNANDO SILVA GUERREIRO EUGÉNIO:** -----

O **Presidente da Assembleia** fez um breve resumo sobre este ponto e pediu ao Sr. Presidente que ajudasse a clarificar esta matéria. -----

O **Sr. Presidente** explicou que existe a necessidade da parte do município, Sr. Fernando Eugénio, residente nos Moinhos de Vento, de criar uma passagem acessível para a vivenda que está a construir. -----

Para que se possa suprir essa necessidade, o município mostrou-se na disposição de ficar com uma parcela de terreno, com cerca de 0,94m<sup>2</sup>, propriedade do município e, em troca, o município receberia uma parcela de terreno, propriedade do município, com cerca de 7,30m<sup>2</sup>.-----

Assim, solicita à Assembleia que aprove, se assim o entender, o seguinte: -----

- **a desafetação** de uma parcela de terreno, do Domínio Público Municipal, para integrar o Domínio Privado Municipal, sita na Povoação de Moinhos de Ventos, União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, com a área de 0,94 m<sup>2</sup>, que confronta a norte e a poente com Fernando Silva Guerreiro Eugénio, a sul e a nascente com a via pública, destinada a alinhamento de obras de construção; -----
- **Permutar** a parcela de terreno, referida no número anterior, com uma outra parcela, com a área de 7,30 m<sup>2</sup>, sita em Moinhos de Vento, propriedade de Fernando Silva Guerreiro Eugénio, após a sua desafetação; -----
- **Aprovar a afetação** de uma parcela de terreno, sita em Moinhos de Vento, União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, com área de 7,30 m<sup>2</sup>, ao Domínio Público Municipal; -----

Na sua alocução o deputado **José Brites** verbalizou o seguinte: -----

*"Assunto: Processo n.º 26/2014 requerido por Fernando Silva Guerreiro Eugénio. ---  
As plantas de localização recebidas conjuntamente com a convocatória deixam claro o que o requerente pretende fazer no respeitante à demolição como à construção do novo prédio no local dos Moinhos de Vento. -----*

*Verificadas as localizações e dado a proposta de decisão já aprovada no processo acima referido a minha apreciação sobre este assunto é favorável." -----*

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à matéria a votação, tendo a **Assembleia, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD) **aprovado** o seguinte: -----

**1.º - A desafetação** de uma parcela de terreno, do Domínio Público Municipal para integrar o Domínio Privado Municipal, sita na Povoação de Moinhos de Ventos, União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, com a área de 0,94 m<sup>2</sup>, que confronta a norte e a poente com Fernando Silva Guerreiro Eugénio, a sul e a nascente com a via pública, destinada a alinhamento de obras de construção; -----

**2.º - Permutar** a parcela de terreno, referida no número anterior, com uma outra parcela, com a área de 7,30 m<sup>2</sup>, sita em Moinhos de Vento, propriedade de Fernando Silva Guerreiro Eugénio, após a sua desafetação; -----

**3.º - Aprovar a afetação** de uma parcela de terreno, sita em Moinhos de Vento, União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, com área de 7,30 m<sup>2</sup>, ao Domínio Público Municipal; -----

**B.6. – APRECIACÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA SOBRE O PONTO ÚNICO DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL, CONVOCADA PARA O DIA 9 DE SETEMBRO;** -----

O **Presidente da Assembleia** pediu ao Sr. Presidente que ajudasse a clarificar este assunto. -----

O **Sr. Presidente** explicou que esta matéria é só para informar e dar conhecimento à Assembleia Municipal. A nova lei veio praticamente extinguir as Assembleias Distritais, mas todo o imóvel das Assembleias Distritais tem de ter um fim. Nós, a nível da Câmara Municipal e, depois de várias reuniões, a nível de CIMBAL e da própria Assembleia Distrital, decidimos que a estratégia seria, em 1.º lugar, afetar o património a quem de direito e, neste caso, o direito seria da Direção Regional de Cultura do Alentejo, nomeadamente, os museus. Depois, existe o problema dos funcionários e nós nunca defendemos que os funcionários deveriam ir para o desemprego. São doze os funcionários da Assembleia Distrital e têm de ter um lugar para trabalhar. Ora, como estamos a falar de uma Assembleia que está em Beja, a nossa proposta foi que passassem, conjuntamente com parte do imóvel, para a Direção Regional de Cultura do Alentejo, que era a entidade a quem competiria absorver aqueles funcionários, julgamos. Na impossibilidade desta situação se poder concretizar, por legislação, porque é uma entidade governamental, passariam para a Câmara Municipal de Beja, porque os funcionários estão em Beja. A Câmara de Beja, justifica-se, e muito bem, que não tem lugar no quadro para receber esses funcionários. Não estamos contra isso, e propusemos que esta passagem para a Câmara de Beja, seja feita durante cinco anos, ou seja, dar-se-ia o tempo suficiente para que a Câmara de Beja se adapte, a fim de receber estes funcionários. Em troca, ficaria com o património, com uma cláusula relativa ao Museu Distrital de Beja, ao qual teríamos de ter acesso. Teríamos de ter protocolos com vantagens para todos os municípios do distrito. Esta questão tem que ir à CIMBAL, irá ser discutida na próxima reunião e eu não sei se vai ser decidido ou não, mas a posição da Câmara de Almodôvar é esta, os funcionários não serão despedidos, passam para a Direção Regional da Cultura e caso exista impedimento, passam para Câmara de Beja e caso Beja tenha impedimento imediato, passam para a CIMBAL com a condição de que no espaço de cinco anos todos eles passem para a Câmara de Beja e o Museu Distrital de Beja ficará sempre para servir o Distrito de Beja e os seus Municípios.-----

**A assembleia tomou conhecimento.** -----

**B.7. - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO:-----**

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, na sequência da aprovação da Proposta n.º 20/PRESIDENTE/2013, e em conformidade com a Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, submete-se à apreciação dos órgãos municipais a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização, desde o dia 1 de junho de 2014 -----

	<i>Designação do fornecimento ou empreitada</i>	<i>Valor do contrato</i>	<i>Data do contrato</i>	<i>Prazo de fornecimento/ execução</i>	<i>Término do prazo</i>
WEBAVANT – CONSULTORIA E SOLUÇÕES INFORMÁTICAS,LDA	<i>Aquisição de serviços – Antivírus para o Município de Almodôvar</i>	€1.335,00	20.jun.14	730 dias	18.jun.16
OLIVEIRA REIS & ASSOCIADOS	<i>Aquisição de serviços – Auditoria externa às Contas do Município de Almodôvar, pelo Prazo de um ano</i>	€8.800,00	14.jul.14	365 dias	13.jul.15
RUI MANUEL GASPAR CORTES GUERREIRO	<i>Aquisição de serviços – Acompanhamento arqueológico das Empreitadas de Requalificação urbanística que se pretende realizar na área correspondente ao Centro Histórico na Vila de Almodôvar e ainda apoio na área da museologia em projetos já implantados e a implantar</i>	€28.800,00	31.jul.14	730 dias	29.jul.16
WORKVIEW – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, UNIPESSOAL,LDA	<i>Aquisição de serviços – Segurança Higiene e Saúde no Trabalho</i>	€22.500,00	01.ago.14	730 dias	30.jul.16
ESRI PORTUGAL, SA	<i>Licenciamento do Software SIG- Sistema de Informação Geográfica</i>	€28.954,11	03.set.14	1096 dias	01.set.17

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

**B.8. - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA; (ALÍNEA C) DO N.º 2 DO Art.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO);**-----

O Sr. **Presidente da Assembleia** informou que quem se quisesse pronunciar sobre o relatório de atividades da Câmara, do período de 1 de junho a 31 de agosto, que fizesse o favor de se inscrever. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** apenas quis clarificar que o relatório é uma síntese daquilo que se julga mais importante para benefício da autarquia, durante este período.-----

Neste momento houve um diálogo entre o deputado Francisco Teixeira e o Sr. Presidente da Assembleia que se resume:

O **deputado Francisco Teixeira** disse que gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, sobre a atividade municipal, mas não sabe se ela se enquadra no período referido pelo Sr. Presidente da Assembleia. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** lembrou que já na sessão anterior tiveram este problema, que as questões são sobre o período de 01 de junho a 31 de agosto, que a Assembleia Municipal tem as suas regras, e no tempo em que o Sr. deputado era o Presidente tinha regras e rígidas. Portanto, terá de cingir-se ao período indicado no relatório. Frisou que foi distribuído um relatório que menciona o período de 01 de junho a 31 de agosto e é isto que têm de discutir, se não quiserem, fazem uma proposta à mesa, que a porá à votação. -----

A **deputada Celeste Sebastião** usou da palavra para dizer que na ordem de trabalhos está escrito "apreciação da atividade da Câmara bem como da situação financeira" e não é mencionado nenhum período, considerando ridículo que não se possa questionar o Sr. Presidente da Câmara se não se reportar ao período estipulado.-----

O **deputado Francisco Teixeira**, referiu que estão a bater numa tecla que não faz qualquer sentido. É impossível vir a uma assembleia discutir um relatório desde o dia 1 de junho até ao dia 31 de agosto, quando a atividade da Câmara cobre a universalidade do tempo. Pode fazer-se uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara sobre um assunto que não venha no relatório, imaginando, por exemplo, uma obra que parou no dia 30 de abril e, por conseguinte, este assunto não vem mencionado no relatório, mas pode haver todo o interesse em querer saber o que é que se passa com essa obra. -----

Este relatório da atividade da Câmara é uma coisa tão importante que merece, dentro das competências da Assembleia, um ponto próprio que é obrigatório e, segundo o novo regimento, até passa a ser o primeiro ponto da ordem de trabalhos, o que é já assim em muitas Assembleias. Tem de haver aqui a liberdade de interrogarmos o Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara, no período que nós entendermos que seja da sua responsabilidade, não tem que haver compartimentos. Pensa que, na sua modesta opinião, aquelas perguntas

todas que foram colocadas no período das intervenções, têm e fazem todo o sentido que caíam neste ponto da atividade da Câmara. -----

Mas gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, que pensa, esteja dentro deste ponto ... -----

**Sr. Presidente da Assembleia** interrompeu o Sr. deputado e disse-lhe que esta ordem de trabalhos, é uma ordem de trabalhos igual aquela que o Sr. deputado teve durante 12 anos. Não vale a pena, estarmos nisto sempre, há uma coisa que se chama campanha eleitoral e essa acabou e o Sr. deputado quer vir para aqui fazer campanha eleitoral. Deixe-me dizer, só para acabar, que tudo o que o sr deputado disse agora, cabe no período de antes da ordem do dia, nas intervenções, mas o Sr. deputado não interveio nessa altura. -----

O **deputado Francisco Teixeira** respondeu que dava liberdade para as pessoas falarem e nunca pôs problemas a ninguém. Referiu que o que o Sr. Presidente disse são apartes, que só desmobilizam a assembleia e deixam mal as pessoas que estiveram aqui, estas horas todas, interessados em discutir e aprovar os assuntos. Esclareceu que só fez esta intervenção porque este assunto vem sucessivamente à assembleia, pois isto nem tem discussão, o Sr. Presidente é que a coloca quando limita a atividade da Câmara a um certo período. Prosseguindo, referiu que a sua questão cabe dentro deste período, que é uma questão sobre as águas e só não a colocou no ponto das intervenções, porque não quis interromper e prolongar este ponto. -----

**Sr. Presidente da Assembleia** interrompeu o Sr. deputado e disse-lhe que tivesse paciência, mas não o ia deixar continuar, porque esse problema foi discutido no período antes da ordem do dia e não vai voltar a ser discutido. Prosseguindo, disse que o Sr. deputado fala quando quiser, deixa-o falar, mas uma Assembleia Municipal tem de ter o mínimo de regras e o Sr. deputado deviria saber isso, porque esteve aqui durante doze anos. Recordou que assistiu à aplicação das regras rígidas que o Sr. deputado fez. Terminou, referindo que este é um assunto que está encerrado, porque já teve um período onde se falou da questão da água. -----

O **deputado Francisco Teixeira** respondeu que se esta questão não é atividade da Câmara, então o que é. Esclareceu que o Sr. Presidente não deixou todas as pessoas falar, delimitou o tempo no período das intervenções. Referiu também que não quis prolongar mais aquele ponto, mas levantou o dedo pedindo para intervir e, de uma forma educada, não quis persistir, calou-se, mas agora repensou e gostaria que o tivesse deixado colocar a questão. -----

O **deputado José Romba** começou por dizer que o relatório é muito extenso e poderia ser um pouco mais sintético, não ignorando, naturalmente, aquilo que é mais importante. Para além disso, gostava que houvesse um bocadinho mais de rigor naquilo que se escreve no relatório e citou o seguinte, a título de exemplo: no ponto 5, Comunicação e Imagem, diz "quase ¼ e entre parenteses 20%", podiam dizer que era 1/5 escusavam de dizer que era quase ¼, depois "ocuparam mais de metade e entre parenteses diz 48%", portanto é menos de metade. Prosseguindo, disse que deve ser "*copie e paste*" dos anteriores, pois parece-lhe isso. Parece-lhe também que há muita repetição, ou seja, o documento já é demasiado extenso e depois estar a repetir algumas das situações é desnecessário. -----

Continuando, recordou que na última Assembleia falou na estrada das Viúvas e gostaria de saber a que conclusões chegaram, uma vez que no relatório das atividade se diz que o Sr. Presidente teve uma reunião com os engenheiros no próprio local. Lembra que está tudo na mesma, que apenas foi reforçada a sinalização a indicar perigo e que, para remediar, poderiam, pelo menos, ter tirado os bocados de pedra que andam à solta e pôr um bocado de massa fria para tapar o buraco. Já passaram mais de seis meses, a situação está cada vez pior e gostaria de saber o que é que está a ser feito. -----

A **deputada Celeste Sebastião** chamou a atenção do Sr. Presidente da Assembleia, afirmando que este relatório descreve a atividade da Câmara, mas não descreve só a atividade realizada de 1 de junho a 31 de agosto. Quer na parte dos serviços sociais quer na parte das obras, há várias secções do relatório, se formos ver com atenção, que falam de ações e atividades que a Câmara teve em janeiro, em março e que continuaram para junho, julho agosto e, com certeza, continuarão por aí fora. É, nesse sentido, que acha que a delimitação temporal das intervenções neste ponto da ordem do dia não tem sentido. -----

A **deputada Fátima Paleta**, a propósito da questão da metodologia de trabalho desta reunião, referiu que o que vem na convocatória é uma apreciação do relatório de atividades do executivo neste período delimitado de tempo, mas, o que é facto, é que, conforme disse a Sr.<sup>a</sup> deputada Celeste Sebastião, há aqui atividades que vêm de trás e continuam. Há, realmente, obras e atividades que não se cingem a um certo período de tempo. -----

Pensa que houve aqui um problema sério de comunicação e que o deputado Francisco Teixeira não terá sido suficientemente claro, o que provocou esta confusão. Crê que a intervenção da deputada Celeste Sebastião veio clarificar esta situação. É evidente que este relatório é



aquilo que o Presidente fez durante este período, mas as atividades que aqui estão, algumas delas vêm de trás, não aconteceram só neste período. Portanto, é preciso haver aqui um bocadinho de boa vontade e algum esforço de comunicação para que nos possamos entender. -----

**O Presidente da Câmara** começou por falar do preciosismo com que é feito o relatório. Provavelmente algumas páginas podem dizer a mesma coisa, tenta-se ser minucioso e isso dá aso a muita informação repetida. Pensa que, por vezes, é difícil elaborar-se um relatório mais linear, porque na Câmara há muitos setores que se interligam e, nem sempre é fácil, filtrar toda a informação. -----

Respondendo à questão sobre a estrada entre as Viúvas e São Pedro de Solis, depois de algumas reuniões, que não foram tantas quanto as necessárias, conseguiu-se abrir as propostas da empreitada, hoje. O júri deve reunir-se amanhã e, provavelmente, na próxima semana, estará em condições para entregar a obra. Explicou que chegaram a algum acordo, mas julga que ainda não é o momento oportuno para falar dele, uma vez que ainda há negociações a fazer, todavia, o que é importante é que a obra terá início em breve. -----

Esclareceu também que, infelizmente, esta situação demorou mais do que era de esperar, porque teve a ver, em grande parte, com a falta de vontade da empresa colaborar com a Câmara. -----

#### **B.9. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

**O Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a minuta da ata da sessão, contendo as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,IPA,PSD). -----

#### **C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA** -----

**C.1. - Intervenção dos munícipes (n.º 6, do art.º 84.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro);** -----

Dada a palavra aos munícipes presentes não houve pedido de intervenções.-----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c) do n.º 1, do art.º 30º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram vinte e três hora e cinquenta e cinco minutos do dia 29 de setembro de 2014-----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata fazem parte integrante da mesma e dão-se aqui por reproduzidos.-----

E eu, **Duarte Freitas de Sousa**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----